

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

MARCOS LÓGICOS PARA UMA “TECNOLOGIA SOCIAL DE DIÁLOGOS” SOBRE VIDA E LABOR COM BASE NAS “CLÍNICAS DO TRABALHO”

Admardo B. Gomes Júnior ¹

Admardo B. Gomes Júnior

Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães

Carolina Riente de Andrade Paula

RESUMO

Neste ensaio apresentamos reflexões para a construção de uma proposta metodológica, iniciada a partir de um projeto de extensão que teve seu começo no ano de 2016. Essa proposta busca traçar as coordenadas conceituais, metodológicas e de valores que podem ser utilizadas para orientar pesquisas e intervenções que contribuam com a (re)construção de trajetórias de vida e labor de coletivos de trabalhadores. Tendo como parâmetro a importância do alicerce ensino, pesquisa e extensão e, a partir do estudo e revisão de algumas das tecnologias sociais mais utilizadas atualmente no campo da administração – *Dragon Dreaming* de Croft (2009), Comunicação não Violenta de Rosenberg (2006), Teoria U de Scharmer (2010), Investigação Apreciativa de Cooperrider e Stavros (2008) e a Sociocracia de Buck e Villines (2007) – essa proposta foi pensada como uma contribuição para a elaboração de uma nova ferramenta de tecnologia social, para ações junto a comunidades, que possa contribuir com o desenvolvimento e a produção objetiva e subjetiva da vida dos integrantes a que propomos denominar **Tecnologia Social de Diálogos**. Para a construção dessa proposta, foi necessário: (i) resgatar o conceito de clínica e a relevância da subjetividade ao se discutir esse conceito e suas práticas; (ii) reconhecer as contribuições teóricas da ergologia, da psicossociologia e da psicodinâmica, cujas convergências teóricas-metodológicas em que a psicanálise pode ser apropriada como articuladora de saberes, se alinha aos fundamentos da tecnologia social ora proposta; (iii) nos inspirar nas histórias de vida laboral do caso do projeto “Digai-Maré” como exemplo para se pensar a condução teórico-metodológica dessa proposta. Trata-se, aqui, de um ensaio teórico, ainda sem confronto com a prática, o que certamente nos exigirá novas reflexões e revisões.

Palavras chave: Tecnologias sociais; Trajetória de vida; Clínicas do trabalho; Subjetividade

1. Introdução

Neste ensaio apresentaremos reflexões sobre uma proposta metodológica construída a partir de um projeto de extensão iniciado no ano de 2016. Essa proposta busca traçar as coordenadas conceituais, metodológicas e de valores que podem ser

¹admardo.jr@gmail.com

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

utilizadas para orientar pesquisas e intervenções que contribuam com a (re)construção de trajetórias de vida e labor de coletivos de trabalhadores. Tendo como parâmetro a importância do alicerce ensino, pesquisa e extensão, essa proposta foi pensada como uma contribuição para a elaboração de uma nova ferramenta de tecnologia social, para ações junto a comunidades, que possa contribuir com o desenvolvimento e a produção objetiva e subjetiva da vida dos integrantes a que propomos denominar **Tecnologia Social de Diálogos**.

Ao nos referirmos à técnica e à tecnologia social geralmente nos deparamos com um determinismo que, de acordo com Feenberg (2010), se baseia na suposição de que as tecnologias apresentam uma lógica funcional autônoma que pode ser explicada sem se fazer referência à sociedade. Esse pensamento, ainda de acordo com o autor, remonta à compreensão de que tecnologia é só social, apenas em relação ao propósito ao qual serve. Uma revisão de algumas das tecnologias sociais mais utilizadas atualmente no campo da administração – *Dragon Dreaming* de Croft (2009), *Comunicação não Violenta* de Rosenberg (2006), *Teoria U* de Scharmer (2010), *Investigação Apreciativa* de Cooperrider e Stavros (2008) e a *Sociocracia* de Buck e Villines (2007) – permitiu-nos constatar o emprego de práticas sustentadas por uma racionalidade cognitivo-instrumental (ou mesmo moral-prática) que, pautadas por teorizações superficiais de base sócio-psicológicas funcionalistas, conduzem mais à regulação social que à emancipação do sujeito². Dessa inquietação, surge a necessidade de se pensar uma alternativa às teorias já existentes, que conduzam a uma prática de fato reflexiva e com potencial emancipador para os sujeitos envolvidos.

Para melhor compreensão do processo de construção da metodologia aqui proposta, desenhamos este ensaio da seguinte forma: Primeiramente apresentamos uma breve discussão sobre a conceituação de técnica e de tecnologia social. Nessa discussão pretendemos deixar claro de que nossa condução epistemológica apresenta um viés distante do *mainstream* das correntes mais funcionalistas sobre o entendimento de tecnologia e técnica. No segundo momento, apresentamos o conceito de clínica e a relevância da subjetividade ao se discutir esse conceito e suas práticas. Na sequência, trazemos à luz as contribuições teóricas da ergologia, da psicossociologia e da psicodinâmica, pois a proposta metodológica da Tecnologia Social de Diálogos perpassa pelas convergências teóricas-metodológicas dessas clínicas do trabalho em que a psicanálise pode ser apropriada como articuladora desses saberes. Ainda, trazemos as histórias de vida laboral e o caso do “Diga aí Maré” como fonte inspiradora para se pensar a condução teórico-metodológica da Tecnologia Social de Diálogos ora proposta. Por fim, é importante frisar que este trabalho trata-se apenas de um ensaio teórico pois ainda não houve o confronto com a prática, o que certamente nos exigirá novas reflexões e revisões.

²Desenvolveremos em outra oportunidade a crítica às citadas tecnologias sociais.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

2. Técnica e tecnologia social

Diferentemente da ciência e da matemática, é importante considerar que “a tecnologia social tem impactos sociais imediatos e poderosos” (FEENBERG, 2010, p.3). A partir desta compreensão, encontramos em Otterloo (2008) uma conceituação que se alinha aos propósitos da discussão acerca do que tentamos construir teoricamente e metodologicamente – batizado como **Tecnologia Social de Diálogos**. O termo tecnologia social, segundo Otterloo (2008, p. 28) “compreende produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social”. Ainda segundo a autora:

Reafirma-se a visão de que a tecnologia social deve ser potencializada na perspectiva de se ampliar a compreensão dos referenciais sobre desenvolvimento e inclusão social, e de se construir alternativas que possibilitem: a) a inversão da lógica perversa que sustenta o atual modelo de desenvolvimento, responsável pelo fomento das desigualdades, da exclusão social, da precarização das relações de trabalho; e b) a difusão e reaplicação, de forma democrática e participativa, de tecnologias sociais, na perspectiva da co-gestão, da produção de conhecimentos, da solidariedade, do aprofundamento da consciência comunitária ampliando o conceito de inclusão social e de sustentabilidade. (OTTERLOO, 2008, p. 22).

Além desta perspectiva alinhar-se à concepção de trabalho que nos propomos a adotar, reafirmando sua dimensão técnica, nos remete ao conceito de técnica e suas “dimensões esquecidas” como bem delineou Chanlat (1992).

Marcel Mauss (1950, p.11) define a técnica como “ato tradicional eficaz”. Os desdobramentos da leitura Dejouriana sobre esta conceituação conduz-nos à argumentação de que a compreensão da complexidade que envolve técnica e tecnologia deve ser buscada no campo das “ciências humanas” das técnicas, e não o equivalente aos dispositivos maquinais. A técnica é um ato sobre a realidade, iniciado a partir de uma cultura e sancionado pelo julgamento do outro e que, por tudo, isso escapa à tutela das “ciências da natureza” (DEJOURS, 2002).

Toda técnica inclui um **ato** que materializa a relação entre o eu e o real, supõe engajamento subjetivo e manejo do corpo. Nesse sentido, temos tanto uma ação concreta do humano (o eu) sobre a realidade (o real), como uma ação da realidade sobre o humano (Eu ó Real).

Todo ato técnico é também relativo a uma **tradicional**, em continuidade ou ruptura com esta tradição. É a tradição que dá ao ato inteligibilidade, permite que seja objeto da consciência, da percepção e da simbolização. Há uma ação concreta também de cada homem em sua coletividade, assim como desta sobre cada ação do humano que a integra (Eu ó Outro).

Outra dimensão da técnica é que ela deve ser **eficaz** em transformar o mundo real, dimensão que inclui o julgamento do outro. Aqui também o julgamento da eficácia do ato

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

técnico sofre ações nos dois sentidos, do que a coletividade considera como ato eficaz sobre o mundo real e do que o mundo real impõe como eficácia à coletividade (Outro ó Real).

A Figura 1, proposta por Dejours (2002, p. 37) ilustra o esquema descrito.

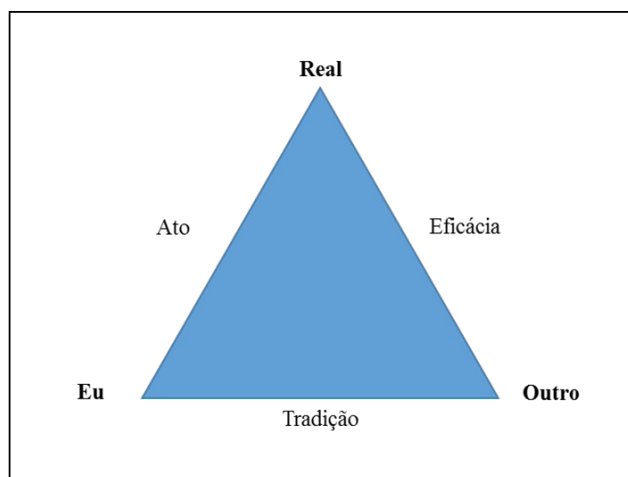


Figura 1 – Dejours (2002:37)

Esta leitura empreendida por Dejours (2002) sobre o conceito de técnica em Mauss (1950) o permite propor uma ampliação do que se compreende como trabalho. Além disso, permitir ao autor empreender críticas bastante contundentes às abordagens redutoras e usurpadoras da noção de trabalho humano.

Uma de suas críticas recai sobre o eixo (Eu ó Real) em que são percebidas abordagens pautadas em pressupostos da Psicologia Comportamental, cujo foco das análises incide sobre o comportamento do trabalhador. Nesta perspectiva, há uma evidenciação da ação do indivíduo sobre o mundo real, mas a recíproca não é tão evidente. O comportamentalismo reduz a ação humana ao comportamento, buscando subordiná-la às leis (da natureza, fisiológicas, psicológicas) estabelecidas experimentalmente, identificáveis e imutáveis. Como consequências dos pressupostos comportamentalistas temos a eliminação de toda a interioridade, crenças, irracionalidades e desejos, que não compõem a noção de comportamento humano. Quando estes componentes “irracionais” retornam na situação de trabalho, o papel da gestão comportamental do trabalho é dominá-los, domesticá-los, controlá-los, discipliná-los (formatá-los pela racionalidade instrumental). Estes comportamentos não submetidos à leis que retornam e que ainda não se submetem à “formação”, são julgados como patológicos ou incompetentes. Chamado “fiscalista” este pressuposto vê o “fator humano” em uma perspectiva prática, cabendo às ciências da natureza a análise, resolução e racionalização da relação homem/tarefa.

Outra crítica empreendida por Dejours (2002) refere-se às análises centradas na noção (concepção) de “Recursos Humanos”, referente ao eixo (Eu ó Outro) e oriunda de abordagens como a Psicossociologia, Psicologia clínica e a Sociologia, cujo foco de análise recai sobre a conduta humana. A relação das condutas resulta da interação entre o

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

sujeito e o ambiente humano. Segundo o autor, as consequências desse pressuposto é que o mundo do trabalho é reduzido ao intersubjetivo e ao social, a um certo psicologismo. Ficam de fora a análise mais ergonômica das exigências produzidas pelo ambiente, posto, atividade de trabalho em sua materialidade. Chamado “subjativista”, este pressuposto leva em consideração apenas a “interiorização”, como um fenômeno passivo, de um mundo exterior ao próprio trabalho.

E é finalmente a perspectiva da Antropologia das técnicas que Dejours (2002) requer para defender uma análise mais completa que leva em conta a relação do sujeito com os outros e também com o real do trabalho em sua ação. O foco recai não sobre o ser do sujeito mas sobre o seu fazer. Desta reflexão o autor nos propõe uma definição de trabalho como “Atividade útil coordenada”. Atividade desenvolvida para enfrentar o que não pode ser obtido pela execução estrita da organização prescrita.

3. Clínica como prática que inclui a subjetividade

A “clínica” pode ser compreendida, ao mesmo tempo, como uma prática de intervenção e de investigação. Se retomarmos a leitura de “O nascimento da Clínica”, de Foucault (1977), vemos que intervenção clínica e produção de conhecimento não estiveram interligados o tempo todo. Somente no século XVIII é que surgem possibilidades de conexão entre a prática de uma cura e produção de um saber – como possibilidade de ligação entre a experiência prática e o saber individual – enquanto empirismo controlado, pois integra percepção, memória e repetição; e o sistema geral de conhecimento. São esses três pontos que marcam a diferenciação entre prático e clínico. O clínico realiza uma experiência complexa que integra o conhecimento à sua experiência fazendo surgir uma nova codificação do objeto de pesquisa. A clínica tal como nasce, integra a observação fiel e imediata que antecede a intervenção à lógica que permite superar o simples empirismo.

Conforme afirma Foucault (1977), há portanto uma dimensão analítica que integra observação e objeto observado estabelecendo uma nova relação entre sujeito e objeto. A experiência a partir de então não acontece mais entre aquele que sabe e aquele que ignora, mas solidariamente entre o que descobre e aquele sobre o qual se descobre.

Por outro lado, há uma concepção de sujeito requerida pelo método clínico que não se confunde com o indivíduo – já que indivíduo é *uno* e racional e o sujeito é dividido e porta em suas ações a irracionalidade. A subjetividade não está posta apenas no plano da razão pois a consciência não é mais o lugar “de toda” verdade, mas também do ocultamento, da ilusão, da distorção. É ainda na dimensão subjetiva que podemos identificar um saber que só se expressa sob a forma de um fazer, que se encontra no corpo, incorporado e impregnado como experiência de corpo, mas que para serem simbolizadas precisam ser postas em palavras.

No método clínico o sujeito é colocado a trabalho para produzir um saber sobre si mesmo, e não tomado como objeto de um saber de quem o investiga. É tomando-o neste

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

lugar que o investigador poderá fazer emergir a singularidade do sujeito investigado, de seu gesto, de sua ação. De um saber que só se produz e se expressa como um fazer. A orientação metodológica de uma clínica não é a de aplicação de um saber, mas a de produção deste saber. Esta é a condição necessária para a prática clínica: que o saber produzido seja gerado a partir de uma experiência na qual o sujeito esteja necessariamente implicado (DINIZ, 2011).

Há, segundo Diniz (2011:17), uma implicação do pesquisador que é parte integrante da pesquisa:

a explicitação de alguns elementos subjetivos e como eles atravessaram o processo de investigação devem ser analisados procurando cercar os fenômenos inconscientes – desejos, sintomas, identificações inconscientes – em relação a si próprio enquanto pesquisador/a, e, posteriormente, em relação aos sujeitos investigados, dando lugar aos fenômenos projetivos, identificatórios, transferenciais e de resistência que se interpõem ao longo da pesquisa.

Nesta perspectiva, o desafio é fazer dos aspectos inconscientes e subjetivos, que poderiam se tornar um obstáculo à construção do conhecimento, um aliado. São os obstáculos que se transformam em meio de ação:

O fato de considerar como um obstáculo o que talvez acabe ulteriormente por revelar-se como um meio de ação procede, em definitivo, da ideia, da representação que o homem - é claro, do homem em sentido coletivo – faz de suas possibilidades, de suas necessidades, numa palavra, decorre do fato de ele representá-lo para si mesmo, como desejável e isso não se separa do conjunto de seus valores (CANGUILHEM, 2012, p. 153).

Propomos também, acompanhando Diniz (2011), trabalhar com a diferenciação entre saber e conhecimento. Consideramos o conhecimento como tudo aquilo que se mostra disponível no âmbito da cultura, formalizado e sistematizado em forma de pesquisas e estudos legitimados academicamente. Por sua vez, a dimensão do saber pode ser compreendida como aquela que comporta tanto sua expressão consciente (apropriação do conhecimento disponível), como sua expressão inconsciente (o que sustenta a apropriação, mas foge às palavras). A expressão inconsciente delinea uma dimensão de não-saber que move o sujeito, que o causa, sem necessariamente que dela o sujeito possa se apropriar. Frequentemente, este saber se encontra no corpo e se expressa por um modo de fazer com as coisas.

4. As “clínicas do trabalho”: subjetividade, trabalho e sociedade.

Tendo apresentado o que entendemos como “clínica” e a noção de sujeito que sua prática requer, parece-nos importante também buscar os marcos teóricos dentre as várias teorias (ou campos do conhecimento) que reconhecemos hoje como “Clínicas do trabalho”.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Ao falarmos em “clínicas do trabalho”, referimo-nos às contribuições de abordagens tão diversas como a Psicossociologia, a Psicodinâmica do Trabalho e a Ergologia³. Propomos tomar como ponto em comum entre elas seus métodos de abordagem da relação do homem com o trabalho. Métodos que permitem apreender as expressões mais singulares dos sujeitos e coletivos, assim como toda a particularidade dos meios onde as atividades são realizadas. O termo “atividade” aqui requerido, também não é acidental. É o conceito de atividade, tal qual a ergologia o concebe (Ver: SCHWARTZ, 2007) que nos permitirá demarcar no trabalho humano uma dimensão daquilo que cada trabalhador e/ou coletivo de trabalho⁴ efetivamente faz com o que lhes designado. Em linhas gerais, podemos dizer que para a ergologia a atividade se localiza naquilo que fazemos com o aquilo que nos foi posto fazer.

É indiscutível que as chamadas “Clínicas do trabalho” são abordagens que dedicam especial interesse pela relação entre o trabalho e a subjetividade daqueles que o realizam, assim como são diversas as bases epistemológicas que sustentam suas construções teóricas e metodológicas (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011). O fato de colocarem no centro de seus objetos de estudos as relações entre trabalho e subjetividade possibilita um profícuo diálogo entre aqueles que se utilizam destas teorias em suas intervenções e investigações. É importante frisar que o fato de se debruçar sobre o mesmo objeto, não exige qualquer pesquisador de considerar as especificidades de suas bases epistêmicas, que por vezes levam a açõs distintas.

Originalmente subjetividade e trabalho são campos cujas aproximações, interseções e interesses nem sempre tiveram historicamente o mesmo destino por tratarem-se de dois campos do conhecimento distintos: o campo dos estudos sobre o trabalho humano e o campo dos estudos sobre a subjetividade como fenômenos “psi” e social.

Os primeiros diálogos das disciplinas “psi” com o campo do trabalho se deram com o aparecimento de pesquisas no campo da Psicofisiologia do Trabalho. Uma interessante investigação de tais aproximações encontra-se na obra “Epistemologia e Sociologia do Trabalho” de François Vatin (2002). Nela o autor demonstra que as primeiras tentativas de aproximação se deram pelo empreendimento de projetos científicos sobre a fadiga no trabalho.

Vatin (2002, p.63) demonstra que tendo a fisiologia do esforço muscular do homem em atividade já sido bastante explorada, os estudos em psicologia industrial do final do século XIX seguem, na mesma linha e em continuidade, aos estudos de fisiologia do trabalho iniciados há mais de um século antes. Isso porque toma-se consciência do caráter mental da atividade laboral e os estudos passam “de uma fisiologia do músculo em atividade para uma do cérebro em atividade”.

³ Não incluiremos as contribuições da clínica da atividade proposta Yves Clot pois esta exigiria um aprofundamento das controvérsias entre as bases vigotskianas e psicanalíticas que não nos propomos realizar neste trabalho.

⁴ É importante demarcar que numa perspectiva ergológica as características dos coletivos de trabalho não são a soma das características dos indivíduos que compõem o coletivo. O coletivo comporta sempre características e normas que lhe são próprias e que podem ou não se impor aos indivíduos.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Vatin (2002) ainda evidencia que o conceito de fadiga é que permitiu aos pesquisadores passar de um campo ao outro, do campo do trabalho para o campo “psi”. A fadiga é tomada como uma sensação aparentemente comum à atividade, tanto psíquica, quanto mental. Assim, a origem do conceito de fadiga é tributada aos estudos sobre o trabalho humano que buscaram no conceito físico de trabalho (mecânica) sua inspiração. Uma noção de trabalho tomada da física mecânica e da termodinâmica.

O autor encontra uma origem ainda mais profunda do termo trabalho, anterior à sua aplicação conceitual na física, oriunda do campo da economia política⁵ (VATIN, 2002). Vê-se claramente que é do campo político que se originam os deslocamentos conceituais entorno da noção de trabalho. Esse fato é fundamental para tratarmos o contexto epistêmico das teorizações das ações “clínicas” no campo do trabalho.

A resolução das questões colocadas ao campo do trabalho humano, tomadas numa perspectiva clínica, não decorrem então de uma ciência positiva baseada na mecânica, na fisiologia e na psicologia e capaz de fixar, a partir de critérios objetivos inquestionáveis, as normas e as condições da produção. Os estudos no campo do trabalho humano nos exigem posicionamentos que levam em conta a subjetividade e singularidade frente a questões normativas de direitos e deveres, das relações entre empregadores e trabalhadores, assim como do valor social e singular que se atribui ao saber fazer expresso no fruto do trabalho. Como afirma Vatin (2002, p. 16), “o trabalho é, em primeiro lugar, o meio de uma produção, a implementação de um tecnicismo”.

O trabalho é uma atividade técnica. Enquanto tal, e para reduzir a alienação em seus processos, é necessário reintroduzir nesta dimensão da técnica o próprio trabalho vivo⁶ e assim recuperar sua dimensão de saber, de saber fazer com o trabalho, de experiência, de experimentação concreta dos materiais, de utilização do corpo e de reconhecimento na interação social, reintegrando sua vocação como produção da vida e não apenas da economia. Esta é uma via de concepção do trabalho que nos conduz à relação entre desejo e trabalho, sem conceber este desejo como simples submissão a uma ideologia dominante ou expressão de uma neurose coletiva. O trabalho, neste sentido amplo, é central na expressão de nossa identidade individual e social pois atende à demanda do indivíduo tanto de ‘ser para si’ quanto de ‘ser para os outros’. “Trabalhar é também produzir, isto é, existir na nossa obra, para nós e para os outros” (VATIN, 2002, p. 20).

⁵ Segundo Vatin (2002:85): “Se a transposição dos modelos energetistas do mundo natural para a sociedade humana levanta tantos problemas, não é porque eles estariam intrinsecamente baseados neste novo enquadramento. Pelo contrário, e paradoxalmente, é porque estes modelos estão, mesmo na física, antropocentros. Na origem destes modelos encontramos, com efeito, as categorias trabalho-sofrimento e de utilidade sobre as quais se baseou a sociedade industrial moderna. Ora estes conceitos, que engendram dificuldades filosóficas nas ciências econômicas e sociais, também as causam quando transpostas para as ciências naturais. Não se poderá prosseguir esta reflexão, tanto de um ponto de vista retrospectivo como prospectivo, sem passar por uma análise crítica dos fundamentos filosóficos das nossas sociedades, de que os discursos científicos oferecem um eco, por vezes longínquo e por vezes surpreendentemente próximo”.

⁶ O trabalho vivo se opõe ao trabalho abstrato e ao trabalho alienado na tradição e em referência ao pensamento de Karl Marx (1818-1883).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Com esta concepção de trabalho, torna-se imprescindível compreender que a prática clínica sobre o trabalho humano exige reconhecer o saber fazer que só o sujeito que trabalha comporta. Essa compreensão legítima para o sujeito e para o social um lugar de um saber sempre presente, mesmo nos trabalhos mais penosos, mais aparentemente alienados, mais empobrecidos de sentido. Nesta prática clínica, é preciso atenção aos gestos, identificando ali a inteligência do corpo que todo trabalho pressupõe. Não se pode reforçar o erro de tomar o trabalho de uma forma dicotômica, puritana e ingênua, ora exaltando seus poderes benéficos, ora vendo-o unicamente em sua face de alienação. Como nos lembra Vatin (2002, p. 21), “o não trabalho só surge como liberdade e felicidade quando não se está submetido a ele”. Assim como “o trabalho assalariado, por muito alienado que seja, nunca é redutível a essa alienação”.

A forma como as diversas teorias concebem e conceituam o trabalho humano em sua relação com a vida, com o corpo, com a subjetividade, com a coletividade, etc., acaba sendo determinante das práticas que podemos reconhecer como “clínicas” no trabalho, ou com os trabalhadores. No presente ensaio, tomamos o trabalho como toda e qualquer atividade humana produtiva. Nosso intuito é dialogar com três importantes patrimônios teórico-conceituais, qual seja: a Ergologia (Yves Schwartz, Gomes Júnior) a Psicossociologia (Eugene Enriquez, Vincent Gaulejac, André Levy); a Psicodinâmica do Trabalho (Christophe Dejours); e suas respectivas filiações.

Nestas orientações teórico-conceituais a matriz epistêmica da psicanálise é requerida em toda a sua potência e atualidade. Queremos não apenas retomar a psicanálise que há nos patrimônios teórico-conceituais supra citados, mas também propor o diálogo com o que há de mais atual da psicanálise de orientação Lacaniana⁷ em extensão, suas práticas fora do enquadre dos consultórios analíticos, sua inserção nas políticas públicas, suas experiências com coletivos dos mais variados formatos e propostas, ou seja, parte da teorização de práticas que tem sido nomeadas de “psicanálise na cidade”.

4.1 Algumas especificidades das contribuições da Ergologia

A ergologia se define como uma *démarche* que se ocupa da relação entre o trabalho e a vida. Ela o faz tomando o trabalho como uma atividade. Segundo Schwartz (2002) o campo das atividades humanas reúne características de situações complexas onde se exerce um tipo específico de inteligência, que incide sobre as contingências e permite a variabilidade das ações humana frente a influências numerosas e diversas. Um tipo específico de inteligência que Platão já nomeava de *Kairos*.

Schwartz retoma em Platão a equivalência entre competência artesanal (*techné*) e o aproveitamento das oportunidades (*kairos*), como uma competência que inclui uma falta, uma ausência de saber. Uma inteligência que assujeitada ao tempo, exige decifrar os sinais do momento certo de agir. Um saber que não sustenta sua razão apenas na racionalidade, posto que é fazer, ação, decisão. Pela mesma razão de não se sustentar em uma racionalidade este saber também não pode ser objeto direto de uma transmissão objetiva.

⁷Entendendo que com a orientação Lacaniana não há nenhuma corte epistêmico com a psicanálise freudiana, a não ser com aquela vertente defendida pela *International Psychoanalytical Association (IPA)*.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Schwartz nos deixa claro que para conhecermos e intervirmos sobre as atividades humanas devemos “acrescer” abordagens mais “clínicas” que incluam:

recortes geográficos e temporais mais vagos, categorias suscetíveis de múltiplos graus de consistência entre polos extremos de realismo e nominalismo, mas que remetem a cristalizações particulares da atividade, das quais a história, precisamente, se alimenta. (SCHWARTZ, 2002:130).

A abordagem clínica da ergologia inclui sempre a dimensão da atividade como uso de si (SCHWARTZ, 2000; GOMES JÚNIOR, 2013). Em atividade usa-se de si por si e pelo outro. Uma análise sob esta perspectiva destaca-se sempre a relação com o tempo, a temporalidade dos acontecimentos, como uma história da atividade. Isso permite que se produzam trajetórias, ressaltando-se nas escolhas, os valores, desvelados pelos usos de si. Nos conduz a reconhecer formalizações, entidades coletivas, unidades provisórias, nas histórias sempre próprias e especificidades de tais usos.

Do ponto de vista da Ergologia, toda atividade requer mistura de saberes – saberes investidos e saberes constituídos. Aqueles armazenados num polo atemporal são chamados de saberes instituídos, pois estão menos sujeitos à ação do tempo e do local onde são utilizados. Aqueles de competências geradas e retrabalhadas num polo do histórico são chamados saberes investidos, pois estão mais sujeitos à ação do tempo e do local onde são utilizados. Polos opostos da relação do saber com o tempo. Em atividade, se o instante sempre se renova, mesmo no infinitesimal, o que se sabia como normas do passado (saberes instituídos) sempre entram em debate com as novas normas que o presente exige que se construa como saber (saberes investidos). Por isso, a atividade é sempre debate de normas e todo agir em competência nunca deixa de ser um debate de si com os valores, que ultrapassa o *hic et nunc*⁸ embora teça laços com ele (SCHWARTZ, 2002:134).

A atividade é composta tanto dos conceitos, ferramentas, regras armazenadas e codificadas que compõem sua trama (das quais se ocupa a disciplina epistêmica), quanto da geração e regeneração viva das dinâmicas locais, concretas, singulares, operantes nas renormalizações (das quais se ocupa a disciplina ergológica). Regularidades e modos de funcionamento de um lado e de outro história que se faz da mais local a mais global; “o que, erroneamente, surge como “resíduo” em relação às regularidades (...) é, na realidade essencial a essas atividades.” (SCHWARTZ, 2002:135).

A disciplina ergológica é uma obrigação para a ambição intelectual de produzir conhecimento sobre os processos das atividades vivas, suas renormalizações e resingularizações.

Uma forma particular de ascese: a que, na base de um desconforto de princípio em relação às ferramentas conceituais disponíveis, deve aprender, na formação, e praticar, na pesquisa e na intervenção, a exigência de fazer com que sejam re-ensinados os debates de normas (dos mais operatórios aos mais éticos) que configuram parcialmente todo meio de vida (SCHWARTZ, 2002:136).

⁸ Expressão latina que significa literalmente "aqui e agora".

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

A disciplina epistêmica (proposta pela ergologia) diferentemente da *episteme* platônica (que pensa os objetos fora de sua temporalidade “Kaírica”) se ocupa dos saberes do “experimentável” e não do experimental.

4.2 Outras especificidades: contribuições da Psicossociologia e da Psicodinâmica do Trabalho

Além de referirmo-nos à clínica enquanto método podemos falar de um posicionamento Clínico, ou seja, de uma *démarche* (maneira de caminhar) que busca compreender o que faz a singularidade radical de uma situação, problema, ou mal-estar, de grupos ou pessoa.

Nenhum saber prévio, nenhum projeto a respeito desse grupo ou dessa pessoa são capazes de guiar tal *démarche*; esta é o inverso da utilizada por uma ciência aplicada. Muito pelo contrário, tudo deve ser feito para evitar que os conceitos e os pressupostos teóricos se interponham entre o clínico e aquele ou aqueles que ele tenta escutar e compreender (Lévy, A. 2001:23).

Eis uma definição de um importante integrante de uma dessas *démarches* clínicas que é a “Psicossociologia” de orientação francofônica. Ela busca dialogar fundamentos da sociologia, psicologia social e da psicanálise. Nela, uma especial importância é atribuída às relações de transferência e contratransferência, à análise da demanda, à apreensão do social em seu momento instituinte, à auto-gestão de grupos, organizações e comunidades (MACHADO 2010). Conforme Guimarães (2014) a psicossociologia pressupõe que o pesquisador exerça um papel de intervenção, que permita a emergência de problemas, e o acesso aos processos conscientes e inconscientes dos sujeitos de pesquisa. A partir da análise social, somada à intervenção psicossociológica, o trabalho teórico é visto não somente como uma construção puramente intelectual, mas também como o produto de um trabalho de pensamento que se elabora coletivamente, em relação estreita com uma prática social efetiva (BARUS-MICHEL, ENRIQUEZ e LEVY, 2005).

Outra importante contribuição clínica no campo do trabalho devemos à “Psicodinâmica do Trabalho” desenvolvida por Christophe Dejours. Nela, as investigações se dirigem ao campo das relações entre subjetividade e trabalho. Também baseada em algumas noções psicanalíticas, suas questões são endereçadas ao sofrimento psíquico apresentado com o trabalho. No livro *Travail: usure mentale. Essai de psychopathologie du travail*, lançado na França em 1980 e no Brasil em 1987 com o título de “A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho”, Dejours (1992) apresenta a base de sua argumentação sobre as relações dinâmicas que ocorrem entre o psiquismo e o trabalho humano. Sua argumentação centra-se no fato de que no trabalho, o indivíduo põe em cena um sofrimento que lhe é próprio, lançando mão de estratégias individuais e coletivas para atribuir sentido à atividade que realiza. O sofrimento no trabalho deixa de ser assim uma variável dependente do contexto de trabalho para se tornar uma constante frente à qual os indivíduos apresentam saídas criativas ou patogênicas, para a produção e/ou para a própria saúde. Seu método de investigação inclui uma análise do “Contexto de trabalho”, entendido como a soma das condições de trabalho, das relações socioprofissionais e da

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

organização do trabalho (divisão e parcelamento das tarefas; políticas de gerenciamento das pessoas; estrutura hierárquica organizacional).

As observações dos trabalhadores em atividade, as entrevistas em profundidade, assim com as conversas com os coletivos de trabalhadores são importantes métodos de pesquisa tanto para a psicossociologia francesa quanto para a psicodinâmica do trabalho. Certamente, os diferentes quadros conceituais existentes na Psicossociologia, na Psicodinâmica do Trabalho e na Ergologia é que delineiam, no uso do método clínico, aquilo que se destaca, analisa, etc. Mas ambas as abordagens marcam com veemência a importância tanto da observação quanto da escuta e do diálogo.

5. Metodologias de conversações: inspirações na história de vida laboral e na experiência psicanalítica do “Digai-Maré”

A pesquisa em história de vida originou-se na Escola de Chicago a partir do levantamento de relatos bibliográficos de imigrantes. Esta pesquisa, iniciada nas primeiras décadas do século XX possibilitou conhecer em detalhes as origens dos sujeitos pesquisados, seu cotidiano e o processo de construção das relações e interações sociais. Tendo desempenhado um papel fundamental na institucionalização da sociologia nos Estados Unidos, a Escola de Chicago perdeu forças a partir da segunda metade da década de 1930 apesar de ter mantido grandes influências na sociologia por suas contribuições.

A partir da década de 70, o método passa a ser utilizado de forma mais ampla considerando não apenas indivíduos como também a experiência histórica dos grupos, abrindo-se assim para uma compreensão multidisciplinar e mais profunda conforme Lopes (2013). Este é um dos pontos que mais nos atrai quando pretendemos alinhar a tecnologia social e as clínicas do trabalho. Isso se dá no momento em que se compreende que papel da história de vida como abordagem metodológica nos permite articular o micro e o macro, ou seja, o sujeito, sua subjetividade e o social. Nesse mesmo sentido, Gaulejac (1991) entende que o sujeito é a sua história pois é produzido por ela. Nesse processo, sua vida é constituída tanto por acontecimentos pessoais quanto por elementos sociais. Paralelamente, o sujeito é produtor de sua história, uma vez que carrega em si historicidade, que intervém sobre sua própria história e transforma-se em seu sujeito (BARROS; LOPES, 2014).

A história de vida laboral é um instrumento rico quando se pretende articular sujeitos, psicanálise e clínicas do trabalho. Conforme Pinto, Carreteiro e Rodriguez (2015), a história de vida permite uma escuta ampliada em que a emergência de diferentes pontos pode ser esclarecida por teorias e disciplinas diferentes possibilitando o diálogo proposto neste ensaio. As autoras ainda reforçam que ao coletar a história de vida de um sujeito ou grupo, o pesquisador pode recorrer a diversas ferramentas que vão além das entrevistas em profundidade. Pode-se associar às entrevistas a elaboração de uma linha de vida laboral ou um mapa de organização onde a intervenção foi realizada. Essas associações favorecem a emergência de lembranças que permitem o sujeito e o pesquisador refletirem sobre as organizações e os impactos do e no trabalho realizado.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Além disso, por compreender o sujeito a partir de uma subjetividade atravessada pelo social, as histórias de vida nos permitem analisar também um cenário sócio-histórico-político que perpassa a história narrada.

Uma das atuais práticas psicanalíticas de coletivos de conversações parece apresentar importantes demarcações para uma condução de trabalho em grupo. Segundo Holck & Vieira (2008), o “Digai-Maré” acontece desde 2007, na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente no complexo da Maré – conjunto de 16 comunidades com aproximadamente 132 mil habitantes – uma experiência de aplicação da psicanálise, da qual traremos alguns elementos metodológicos que possam contribuir com nossos objetivos. O projeto é uma parceria entre membros da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP), alunos do Instituto de Clínica Psicanalítica do Rio de Janeiro (ICP-RJ), alunos do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e a Redes de desenvolvimento da Maré (REDES-Maré). A opção destes psicanalistas foi a de ofertar atendimentos gratuitos e preferencialmente em grupo, para crianças, adolescentes e adultos, acolhendo a singularidade dos medos, dores, desejos, esperança e percepções de cada sujeito, inserindo a psicanálise no social e sem abrir mão dos princípios que orientam sua prática.

O nome dado ao projeto, “Digai”, é uma referência à associação livre como regra fundamental da psicanálise. A iniciativa deste projeto também se alinha (como os laboratórios do CIEN) às orientações do movimento do Campo Freudiano e da Associação Mundial de Psicanálise de levar o discurso analítico para a cidade, favorecendo sua incidência no plano coletivo. Neste projeto, o tratamento dado aos coletivos de trabalho parte da lógica dos agrupamentos humanos, tal como teorizada por Freud e Lacan e, mais especificamente, das diferenciações da perspectiva freudiana que Lacan apresenta para a sustentação do trabalho coletivo nas instituições psicanalíticas.

Holck & Vieira (2008) afirmam que Lacan, partindo dos estudos realizados por Wilfred Bion sobre o tratamento oferecido aos traumas dos soldados na segunda guerra mundial, teria retirado daí a inspiração para o que ele denominará cartel:

um pequeno grupo com funcionamento estruturado de maneira específica para a realização de um trabalho, um a um, mas em pleno coletivo, e que não deve ser sustentado pelo conhecido efeito de “cola grupal”, do qual se servem, por exemplo, os grupos de ajuda mútua, nem pelos poderes de aglutinação do carisma ou de um líder (HOLCK & VIEIRA, 2008:13).

A aposta do “Digai” incide sobre os efeitos clínicos deste modelo de coletivo de trabalho desenvolvido por Lacan. Nas palavras de Marcos André Vieira:

Um grupo sem líder, sem “coordenador”, sem “terapeuta”, mas que, em sua composição, busca incluir essa presença estranha que o analista encarna em uma análise e que, no contexto em questão, Lacan definiu como “mais-um”. Ele tem uma tarefa: a de não aceitar histórias prontas e não permitir que o grupo colabore para fixar, para cada um, um sintoma universal, como nos grupos de mútua ajuda. Deve ainda velar para que cada um dos demais participantes cumpra com sua tarefa, que é apenas a de falar o mais abertamente possível, consentindo em que, em seus discursos sobre seus

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

sintomas, incluem-se as mais variadas coisas, nem todas diretamente relacionadas a ele (HOLCK & VIEIRA, 2008:32).

Ao longo dos textos e relatos de experiências dos analistas do “Digai” (HOLCK & VIEIRA, 2008), podemos ver que aquilo do que eles se apropriam na noção de cartel é esta proposta de trabalho coletivo, não pautada pelos universais do grupo⁹ e sim pela particularidade de cada um que ali se encontra. A singularidade é destacada pelas intervenções que o ‘clínico’ faz em sua posição no grupo, homóloga à do ‘mais-um’ no cartel, buscando fazer com que cada pessoa volte o foco para sua tarefa e se responsabilize por seu produto, ambos sempre únicos. Se o clínico garante o funcionamento do grupo, o faz sem se deixar servir de ideal para seus integrantes. Nisso ele se diferencia de um líder. Permite que no lugar do ideal, uma falta possa aparecer. Ao não apresentar um saber pronto acaba por provocar a elaboração singular de um saber. O que é preservado de homogêneo no grupo é a proposta de realização da seguinte tarefa: que cada um apresente um produto singular. E é exatamente no movimento de se evitar que a falta de saber seja preenchida por um ideal que o clínico, ao contrário do líder, permite ao sujeito se servir desta falta como ponto de partida para uma criação singular e não segregadora.

São exatamente os efeitos imaginários, próprios das identificações que permitem a constituição do grupo, que o clínico se propõe a tencionar, estando vigilante às diferenças de cada participante que possam favorecer a sustentação da singularidade de cada um durante os atendimentos. Esta é a principal orientação de trabalho. A presença do analista no grupo é atenta aos momentos necessários e parcialmente previsíveis dos sujeitos no grupo.

Explicitaremos melhor: Lacan inicia já em 1945, no artigo intitulado “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada”, sua tarefa de situar a lógica a qual os coletivos se submetem. Lacan vai afirmar que há um tempo de ver, um tempo de elaborar e um tempo de concluir, numa lógica que envolve sempre um percurso que é solitário mas não sem os outros:

Basta fazer aparecer no tempo lógico dos outros a menor disparidade para que se evidencie o quanto a verdade depende, para todos, do rigor de cada um, e até mesmo que a verdade, sendo atingida apenas por uns, pode gerar, senão confirmar, o erro nos outros. E também que se, nessa corrida para a verdade, é apenas sozinho, não sendo todos, que se atinge o verdadeiro, ninguém o atinge, no entanto, a não ser através dos outros. (LACAN, 1945/1998:211-212).

Segundo Tarrab (2011: sem página), a lógica coletiva inaugurada por Lacan deve ser contraposta àquela da psicologia das massas de Freud. Na perspectiva introduzida por Lacan, o laço coletivo encontra uma “variante numa lógica coletiva que se situa com respeito à falta no Outro, com respeito ao furo no saber” diferentemente do laço que se situa com respeito a um Ideal que satura a falta.

⁹Não se pautar pelos universais do grupo demarca, por exemplo, uma radical diferença dos grupos focais. Nestes o foco é aquilo de comum (ou seja, de universal) que o grupo partilha. Nos grupos focais o foco é na produção grupal. Na perspectiva do trabalho com os coletivos inspirados na lógica lacaniana do cartel o que se quer destacar é a singularidade (ou seja, o contrário da universalidade).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Para Freud, há dois vetores nas identificações grupais: um vertical – do líder e seus membros, sustentado pela identificação a um ideal –, outro horizontal – dos membros entre si, sustentado por uma identificação grupal. O que Lacan propõe com o formato de cartel subverte tanto a posição do líder no grupo quanto a posição de seus membros, já que a função do ‘mais-um’ passa a ser exatamente a de não sustentar um ideal universal no grupal. Numa situação paradoxal cabe ao clínico enlaçar o grupo e marcar uma separação entre seus membros.

O que a experiência do “Digaí-Maré”, relatada por Holck & Vieira (2008), demonstra é que num primeiro tempo o grupo serve a uma contenção e demarcação do sofrimento pelo compartilhamento e identificação com os demais. Cria-se aí certa consistência grupal que a princípio empresta imaginariamente concretude para o problema do sujeito ao incluir sua queixa em um coletivo. Mas, num segundo tempo, é à singularidade que se precisa abrir espaço. Aqui, o sintoma, se acolhido como modo particular do sujeito conectar-se na cena coletiva, pode permitir uma abertura a um trabalho de elaboração. O que se elabora é um saber entorno disso que do modo sintomático de funcionamento de cada um resiste ao saber. O tempo da elaboração é o que precede qualquer conclusão. E esta, pode não passar de um uso mais útil do próprio sintoma no âmbito coletivo.

6. Para concluir

Nossa proposta de uma “Tecnologia Social de Diálogos” alinha-se, assim, à noção de técnica tal como resgatada de Mauss por Dejours, e busca localizar o foco sobre o fazer dos sujeitos e dos coletivos e não sobre seu ser. O que requer tomar o trabalho, tal como conceituado por Dejours (2002, p.42), como “atividade útil coordenada”. Atividade, já que não se restringe apenas à dimensão prescritiva da tarefa; útil, pois coletivamente validado como tal; e, finalmente, coordenado porque sempre realizado na relação com o outro. É também na noção de clínica e de suas práticas que buscamos possibilidades de ampliar a compreensão do que está em jogo na relação trabalho/subjetividade, assim como encontrar balizas para ações e investigações neste campo. Assim sendo, como proposto inicialmente para este ensaio apresentamos alguns marcos lógicos identificados a partir desta reflexão para se construir metodologicamente o que compreendemos como “Tecnologia Social de Diálogos”:

Um primeiro marco, mais praxiológico, diz da prática clínica como instrumento de pesquisa e intervenção:

- 1- Uma prática, de inspiração psicanalítica, que se utiliza da conversa como instrumento de construção do saber sendo a própria construção de um saber a forma de intervenção. O clínico não aplica seu saber sobre os sujeitos do coletivo. O que ele faz é permitir que cada um possa colocar em palavras, simbolizar, um saber que já lhe é próprio.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

2- Aquilo sobre o que se conversa deve ter sempre como centro o que se faz. Tal orientação permite-nos não resvalar por psicologismos ou subjetivismos. Como não se trata de uma prática de psicanálise em grupo, nem tem como objetivo qualquer tipo de prática psicoterapêutica, o foco não recai sobre os afetos mobilizados pelas ações do sujeito, mas sim sobre a própria ação. O clínico aqui recua da posição de atribuir sentido aos afetos emanados da ação, mas acolhe o sentido dado pelo sujeito como um traço de sua singularidade.

3- É uma prática em coletivos que se interessa pela singularidade das produções e não sobre um produto grupal. Neste sentido, a prática coletiva proposta é oposta àquela de um grupo focal. Busca-se, com cada sujeito que compõe o coletivo, estabelecer um saber que lhe seja próprio, único e singular. Guarda-se, assim, estreitas relações, tanto com as atuais práticas psicanalíticas em coletivos de conversações e sua proposta de compreensão dos fenômenos de grupo numa perspectiva psicanalítica, quanto com a ergologia, a psicossociologia e a psicodinâmica do trabalho em suas incursões sobre as relações da subjetividade com a atividade coletiva de trabalho.

Um segundo marco, de cunho mais epistêmico, aponta para a possibilidade e a necessidade de trabalharmos com conceituações que permitam a introdução de dimensões subjetivas, singulares e particulares, presentes nas atividades que enlaçam vida e labor:

- a) A noção de sujeito, tal como a psicanálise a propõe, é requerida aqui para ampliar a racionalidade com a qual se quer compreender os usos que os sujeitos fazem de si. Usos conscientes e inconscientes. Importante também destacar que há nesta concepção de sujeito do inconsciente uma impossibilidade de torná-lo todo consciente e que por tanto o que se acessa dele são apenas traços de suas manifestações na ação.
- b) A subjetividade não se restringe à interioridade, aos pensamentos e afetos, mas se expressa no corpo, na gestualidade, na ação que requer por sua vez palavras que as simbolizem. Mas como demarcamos acima, tal simbolização nunca consegue recobrir totalmente de palavras, as manifestações das ações que não se limitam à consciência.
- c) Os conceitos ergológicos de uso de si, atividade, debate de normas (e toda a trama conceitual que eles requerem) nos permitem ampliar as possibilidades de compreensão do que está em jogo no trabalho humano. O trabalho deixa de ser analisado apenas enquanto atividade produtiva, em uma sociedade capitalista e de direitos, ocupando a centralidade de sua dimensão de atividade produção da vida.
- d) É a distinção entre conhecimento e saber que nos permite produzir saberes do “experimentável” e não do experimental. A distinção entre saber e conhecimento requerida possibilita a ampliação dos horizontes daquilo que se produz sob a chancela de científico. É com a noção de saber que podemos incluir as expressões inconscientes como um não-saber que move o sujeito e que se expressa nos modos singulares dos sujeitos fazer com seu corpo e com as coisas.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Nosso terceiro marco, de característica axiológica, busca estabelecer um acordo entre os outros dois marcos, como um valor ético para se produzir conhecimento sobre as atividades da vida e labor. Para as clínicas do trabalho, e especialmente para a ergologia, prática e conceito possuem uma relação dialética, são construídos e evoluem um a partir do outro, em um “ir e vir” em que os conceitos redimensionam as práticas e vice-versa. Isso implica incluir na produção do conhecimento o saber daquele que realiza a atividade, os saberes da prática, os saberes investidos na experiência. Implica, como a ergologia nos ensina, estarmos abertos ao confronto, sempre produtivo, entre os saberes instituídos (nas normas, procedimentos, disciplinas, etc.) e os saberes investidos. Este é nosso ponto ético.

7. Referências

Barros, V. A. ; Lopes, F. T. Considerações sobre a pesquisa em história de vida. In: **Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico- conceitual** (Eloisio Moulin de Souza, orgs) Vitória: EDUFES, 2014.

BARUS-MICHEL, J; ENRIQUEZ, E; LÉVY, A. Vocabulaire de Psychosociologie: Références et positions. Lisboa: Climepsi, 2005.

BENDASSOLLI, P.; SOBOL, L. A. P. **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

BUCK, J.; VILLINES, S. **We the people**: consenting to a deeper democracy. Washington, D.C.: Sociocracy.info, 2007

CANGUILHEM, G. **O conhecimento da vida**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2012.

CHANLAT, J.F. (coord). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1992.

CROFT, J. **Introdução**: tornando os sonhos realidade. (Traduzido por Felipe Simas). 19 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.dragondreamingbr.org/portal/index.php/2012-10-25-17-02-40/fichas-tecnicas.html>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2016.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DINIZ, Margareth. O método clínico e sua utilização na pesquisa. In: **Revista Espaço Acadêmico**, no. 120, maio, 2011.

ENRIQUEZ, Eugène. A organização em análise. Petrópolis: Vozes, 1997.

FEENBERG, A. O que é a filosofia da tecnologia? In: NEDER, R. T. (Org.) Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS. Ciclo de Conferências Andrew Feenberg, 2010. Série Cadernos

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Primeira Versão: a construção crítica da tecnologia e sustentabilidade, v. 1, n. 3, 2010.p. 48-66.

FOUCAULT, M. **O nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

GUIMARÃES, L. V. M. **Entre o céu e o inferno: confissões de executivos no topo da carreira profissional**. 2014. f. 211. Tese [doutorado] – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2014.

GOMES JÚNIOR, A. B. **O uso de si e o saber fazer com o sintoma no trabalho**. Tese defendida na Fae/UFMG em cotutela com a filosofia/Aix-Marseille Université, 2013.

HOLCK, A.L. & VIEIRA, M.A. (orgs.) **Psicanálise na Favela – Projeto Digai-Maré: a clínica dos grupos**. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2008.

LACAN, J. (1945) O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. p. 197-213. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LÉVY, André. **Ciências clínicas e organizações sociais: sentido e crise do sentido**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MACHADO, M. N. da M. Intervenção psicossociológica, método clínico, de pesquisa e de construção teórica. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** 5(2), São João del-Rei, agosto/dezembro 2010.

MAUSS, M. Les techniques du corps. In: **Sociologie et Anthropologie**. PUF: Paris, 1950.

OTTERLOO, A. M. C. A tecnologia a serviço da inclusão social e como política pública. In: Rede de Tecnologia Social - RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.

SCHARMER, O. **Teoria U: como liderar pela percepção e realização do futuro emergente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

SCHWARTZ, Yves. Disciplina epistêmica disciplina ergológica – paideia e politeia. **Pro-Posições**, Campinas, v.13, n.1 (37), p. 126-149, jan-abr. 2002.

_____. Trabalho e uso de si. In: **Pro-Posições**, Vol.1, N°5 (32), julho/2000.

_____. Un bref aperçu de l’histoire culturelle du concept d’activité. In: **Revue électronique @ctivités**, vol. 4, n° 2, 2007.

SCHWARTZ, Y. & DURRIVE, L. (Orgs.). **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007.

TARRAB, Maurício. **No cartel se pode obter um camelo**. Disponível em: http://www.ebp.org.br/carteis/pdf_carteis/02_Tarrab_No_cartel_se_pode_obter_um_came_lo.pdf . Acessado em 07/03/2011.

VATIN, François. **Epistemologia e sociologia do trabalho**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.